



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
Dr. EDUARDO FERRO RODRIGUES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Ofício n.º 156/XIII/3.ª – CDN/2017

Data: 18-12-2017

Assunto: Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 340/XIII/2.ª (PCP).

Junho Presidente,

Junto se envia o texto de substituição, aprovado nos termos conjugados dos artigos 139.º e 146.º do Regimento da Assembleia da República, relatório da nova apreciação na generalidade em Comissão e propostas de alteração ao Projeto de Lei n.º 340/XIII/2.ª (PCP) – “Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas”, para o efeito de votações sucessivas na generalidade, especialidade e final global em Plenário.

Mais se informa que o proponente da iniciativa legislativa acima identificada declararam retirá-la a favor do texto de substituição aprovado.

Com os melhores cumprimentos,

e amizade

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Marco António Costa)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO DO PROJETO DE LEI N.º 340/XIII/2ª (PCP) - ALTERA O ESTATUTO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (EMFAR)

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, doravante designado por Estatuto.

Artigo 2.º

Alteração ao Anexo a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de maio

Os artigos 12.º, 20.º, 102.º, 103.º, 107.º, 112.º, 129.º, 132.º, 208.º, 227.º, 229.º, 230.º, 233.º, 236.º, 239.º, 241.º, 242.º e 244.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 12.º

[...]

1 — [...]

a) (...)

(...)

- i) O dever de isenção partidária, nos termos da Constituição da República Portuguesa;

(...)

2 — [...]

Artigo 20.º

[...]

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- 1 – O militar tem direito a receber do Estado proteção jurídica nas modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário, que abrange a contratação de advogado e na dispensa do pagamento de custas e demais despesas do processo, para defesa dos seus direitos e do seu bom nome e reputação, sempre que sejam afetados por causa de serviço que preste às Forças Armadas ou no âmbito destas.
- 2 – Nos casos em que tenha sido concedida proteção jurídica nos termos do disposto no número anterior e resulte, no âmbito do processo judicial, condenação por crime doloso com trânsito em julgado, as Forças Armadas podem exercer o direito de regresso.

Artigo 102.º

[...]

- 1 – [...]
- 2 – O exercício de direitos no âmbito da parentalidade pode ser suspenso ao militar que se encontre em situação de campanha, integrado em forças fora das unidades ou bases, embarcado em navios ou aeronaves, a navegar ou em voo, bem como no desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional, sem prejuízo da proteção às militares grávidas, puérperas ou lactantes até um ano.
- 3 – Sempre que o exercício de direitos no âmbito da parentalidade envolva dois militares e um deles se encontre suspenso com fundamento numa das circunstâncias referidas no número anterior, não pode ser determinada suspensão subsequente ao outro militar para período coincidente, podendo apenas a suspensão subsequente ser determinada dez dias após o fim do período de suspensão do primeiro militar envolvido na situação de parentalidade.
- 4 – Sempre que o exercício de direitos no âmbito da parentalidade envolva dois militares:
 - a) Os militares não poderão estar empenhados ao mesmo tempo numa missão ou função que lhes impossibilite o exercício de direitos de parentalidade, em especial no que concerne ao gozo de licenças e assistência à família.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- b) Quando um dos militares estiver envolvido numa prestação de serviço 24 horas seguidas, o outro militar não se poderá encontrar na mesma situação.

5 – Os direitos referidos nos números 2 e 3 do presente artigo são exercidos terminado o condicionalismo que impôs a suspensão.

6 – (Anterior n.º 4)

«Artigo 103º

[...]

Quando o militar seja colocado em localidade que diste a mais de 50 km da sua residência habitual e mude efetivamente de residência, por força de transferência ou deslocamento, é-lhe concedido um período de licença de 10 dias seguidos, ou de 15 dias seguidos se for para as Regiões Autónomas, ou entre elas ou destas para o continente, ou de e para fora do território nacional.

«Artigo 107º

[...]

1 – (...)

2 – (...)

3 – O direito reconhecido no número anterior pode ser exercido mediante reclamação ou recurso, que podem ter como fundamento a ilegalidade ou a inconveniência do ato impugnado.

4 - (...)

Artigo 112.º:

[...]

[...]

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- a) [...]
- b) Integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em navios ou aeronaves, a navegar ou em voo;
- c) [...]

«Artigo 129º

[...]

- 1 — (...)
- 2 — (...)
- 3 — (...)
- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...);
- e) (...);
- f) *Revogado.*

«Artigo 132º

[...]

- 1 — (...)
 - a) (...);
 - b) (...);
 - c) (...);
 - d) (...);
 - e) Conciliação, sempre que possível, dos interesses pessoais com os do serviço, em especial no caso de militares cônjuges ou em união de facto, que beneficiam, designadamente, de direito de preferência de colocação.
- 2 — (...).



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Artigo 208.º

[...]

- 1 — [...]
- 2 — Conta-se por tempo de embarque o que é prestado em navios armados e o oficial pertença à guarnição da força ou unidade naval ou, estando embarcado em diligência, desempenhe as funções que competem aos oficiais da respetiva lotação e ainda nas unidades auxiliares da Marinha definidas na lei ou por despacho do CEMA.
- 3 — Conta-se ainda por tempo de embarque o que é prestado a bordo de navios do Estado Português, de navios estrangeiros em exercício de funções em estado-maior internacional ou a bordo de navios estrangeiros ao abrigo de acordos ou protocolos com outras marinhas, em exercício de funções que competem aos oficiais da respetiva lotação.
- 4 — [...]
- 5 — [...]
- 6 — [...]

«Artigo 227º

[...]

- 1 - O ingresso na categoria de sargentos faz-se no posto de segundo-sargento ou no posto fixado no presente Estatuto, de entre os militares e militares alunos que obtenham aproveitamento no curso de formação inicial, adequado à respetiva classe, arma, serviço ou especialidade, ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- 2 - O ingresso na categoria de sargentos faz-se ainda no posto de segundo-sargento, após frequência, com aproveitamento, de tirocínio ou estágio técnico-militar adequado, frequentado com a graduação de segundo-sargento ou do posto que já detenham, caso seja superior, de indivíduos habilitados, no mínimo, com formação do nível 5 de qualificação, conferido no âmbito do ensino superior.
- 3 - A data de antiguidade do posto de segundo-sargento reporta-se, em regra, a 1 de outubro do ano de conclusão do curso de formação inicial ou a data fixada no presente Estatuto para os sargentos oriundos do RC, sendo antecipada de tantos anos quantos a organização escolar dos respetivos cursos, somada à duração do respetivo curso de formação inicial, exceder três anos.
- 4 (...).
- 5 - Os militares dos QP ou RC e os militares alunos dos cursos de formação de sargentos com duração superior a dois anos são graduados no posto de segundo-sargento após conclusão, com aproveitamento, do segundo ano do curso.

«Artigo 229º

[...]

(...):

- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...);
- e) *Revogado*

«Artigo 230º

[...]

(...):

- a) Quatro anos no posto de segundo-sargento;



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- b) [anterior alínea c)];
- c) [anterior alínea d)];
- d) [anterior alínea e)];
- e) *Revogado*

«Artigo 233º

[...]

Os sargentos da Armada distribuem -se pelas seguintes classes e postos:

- a) (...)
- b) Postos: sargento -mor, sargento -chefe, sargento-ajudante, primeiro – sargento e segundo – sargento.

«Artigo 236º

[...]

- 1 – (...).
- 2 – (...).
- 3 – (...).
- 4 – (...):

- a) No posto de sargento-mor, o desempenho do cargo de assessor do CEMA para a categoria de sargentos e de funções ligadas ao planeamento, organização, direção, inspeção, coordenação, controlo e segurança, nos sectores do pessoal e do material;
- b) No posto de sargento-chefe, o desempenho de cargos de chefia técnica e de funções ligadas ao planeamento, organização, direção, coordenação e controlo, nos sectores do pessoal e do material;
- c) (...);

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- d) Nos postos de primeiro – sargento e segundo -sargento, funções de chefia e comando de secções de unidades navais, de unidades de fuzileiros ou de mergulhadores.

«Artigo 239º

[...]

1 – (...).

2 – (...):

3 – (...)

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...).

3 – (...):

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) (...).

- 4 - Os quadros especiais referidos nos números anteriores contemplam os seguintes postos: sargento -mor, sargento -chefe, sargento -ajudante, primeiro – sargento e segundo sargento.

«Artigo 241º

[...]

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

1 – (...).

2 – (...):

a) No posto de sargento-mor, o desempenho dos cargos de assessor do CEME para a categoria de sargentos e de adjunto do comandante das unidades, estabelecimentos e órgãos, bem como supervisionar e coordenar atividades de natureza administrativa-logística, podendo chefiar, supervisionar, coordenar e exercer funções de formação;

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) *Revogado.*

«Artigo 242º

[...]

1 – (...):

(...)

2 — São os seguintes os postos para cada uma das especialidades referidas no número anterior: sargento-mor, sargento-chefe, sargento-ajudante, primeiro-sargento e segundo-sargento.

«Artigo 244º

[...]

1 – (...).

2 – (...):

a) (...);

b) (...);

c) (...);



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

- d) No posto de primeiro-sargento e segundo-sargento, o exercício de funções de execução técnica, o exercício de funções de formação e o exercício de outras funções de natureza equivalente.

Artigo 3.º

Aditamento ao Anexo referido no artigo 2.º do Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de maio

Ao Anexo a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, adita-se o artigo 16.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 16.º-A

Direito de Associação

Os militares têm o direito de constituir associações profissionais de representação institucional dos seus associados, com carácter assistencial, deontológico ou socioprofissional.»

Artigo 4.º

Transição para o posto de segundo-sargento

Os militares que ingressaram nos QP, na categoria de sargentos, com o posto de subsargento ou furriel, após entrada em vigor do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, transitam para o posto de segundo-sargento com a antiguidade reportada à data de antiguidade no posto de subsargento ou furriel.

Artigo 5.º

Alteração aos anexos II, III e IV ao EMFAR



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

As tabelas designadas “Sargentos da Marinha”, “Sargentos do Exército” e “Sargentos da Força Aérea”, constantes respetivamente dos anexos II, III e IV ao EMFAR, passam a ter a redação constante do anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 6.º

Revogação

- 1- É revogado o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.
- 2- São revogadas a alínea f) do n.º 3 do artigo 129.º, a alínea e) do artigo 229.º, a alínea e) do artigo 230.º, e a alínea f) do n.º 2 do artigo 241.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.
- 3- São ainda revogadas as referências a subsargento e furriel nos anexos II, III e IV do EMFAR.

Artigo 7.º

Entrada em Vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Artigo 8.º

Produção de efeitos

Os efeitos remuneratórios da transição de posto prevista no artigo 4.º apenas se verificam com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2019.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Anexo

(a que se refere o artigo 5.º)

Sargentos da Marinha

Classe	Para promoção a	Tempo de embarque (meses)	Tempo de navegação (horas)	Cursos e provas	Outras condições	Tempo mínimo de permanência no posto anterior (anos)	Modalidade de promoção
Administrativos, comunicações, eletromecânicos, eletrotécnicos, operações, manobras taifa, maquinistas navais e técnicos de armamento	Sargento-mor					4	Escolha
	Sargento-chefe					5	Escolha
	Sargento-ajudante	24 (a) (c) (e)	1000 (a) (d) (e) (f)	CPSC		7	Escolha
	Primeiro-sargento					4	Antiguidade
Fuzilheiros, condutores mecânicos de automóveis e mergulhadores	Sargento-mor					4	Escolha
	Sargento-chefe					5	Escolha
	Sargento-ajudante			CPSC	72 horas de imersão (b)	7	Escolha
	Primeiro-sargento					4	Antiguidade

CPSC - Curso de Promoção a Sargento-chefe

- (a) A fazer em segundo-sargento ou em primeiro-sargento ou nos dois postos, podendo ser reduzido até 15 meses nas classes em que o número de cargos atribuídos em unidades navais seja insuficiente para garantir a normal rotatividade navio-terra, a definir por despacho do CENMA.
- (b) Apenas para a classe de mergulhadores;
- (c) O tempo de embarque pode ser substituído por tempo de serviço de helicópteros;
- (d) Não é exigível aos sargentos especializados na área dos helicópteros, desde que tenham prestado, pelo menos, quatro anos de serviço, seguidos ou alternados, na esquadilha de helicópteros e na categoria de sargentos;
- (e) Para a classe de manobras, apenas para os sargentos não especializados;
- (f) O tempo de navegação pode ser reduzido até metade nas classes em que se verifique a impossibilidade de assegurar aos seus efetivos disponibilidade de cargos em unidades navais

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

operacionais, a definir por despacho do CEMA.

Sargentos do Exército

Armas Serviços	Para promoção a:	Funções específicas da arma/serviço e posto	Cursos e provas	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidades de promoção
Armas e serviços	Sargento-mor	1 anos (a)			4 anos em SCH	Escolha
	Sargento-chefe		CPSCH		5 anos em SAJ	Escolha
	Sargento-ajudante	2 anos (b)	CPSA		7 anos em 1SAR	Escolha
	Primeiro-sargento				4 anos em 2SAR	Antiguidade

CPSCH - Curso de Promoção a Sargento-chefe

CPSA - Curso de Promoção a Sargento-ajudante

(a) Prestado, como sargento-chefe, funções de adjunto do comandante de batalhão ou órgão de escalão equivalente ou de chefe em atividades técnicas.

(b) Prestado, em unidades, escolas, centros de formação, estabelecimentos ou órgãos próprios da respetiva arma ou serviço.

Sargentos da Força Aérea

Especialidades	Para promoção a:	Funções específicas da especialidade	Cursos	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidades de promoção
Operadores, mecânicos e apoio e serviços	Sargento-mor	2 anos (a)			4 anos em SCH	Escolha
	Sargento-chefe	2 anos (b)	CPSCH		5 anos em SAJ	Escolha
	Sargento-ajudante	3 anos (c)			7 anos em 1SAR	Escolha



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

	Primeiro-sargento	2 anos (d)			4 anos em 2SAR	Antiguidade
--	-------------------	------------	--	--	----------------	-------------

CPSCCH - Curso de Promoção a Sargento-chefe

- (a) Prestado, como sargento-chefe, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (b) Prestado, como sargento-ajudante, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (c) Prestado, como primeiro-sargento, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (d) Prestado, como segundo-sargento, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;

